

Sumário

Parte I – SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO, CONTABILIDADE E CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA	1
1 Tributo e Sistema Tributário Brasileiro.....	3
1.1 Definição de tributo	4
1.2 Conceito de Sistema Tributário Brasileiro	5
1.3 Legislação tributária.....	5
1.3.1 Constituição Federal	5
1.3.2 Leis complementares.....	6
1.3.3 Leis ordinárias.....	6
1.3.4 Decretos legislativos.....	7
1.3.5 Decretos	8
1.3.6 Portarias, instruções normativas e ordens de serviço	8
1.4 Vigência da norma tributária.....	9
1.5 Espécies de tributos na Constituição Federal e na doutrina brasileira	9
1.6 Competências tributárias	12
1.7 Obrigação tributária.....	13
1.8 Lançamento tributário.....	14
1.9 Base de cálculo.....	15
1.10 Alíquota	15

1.11	Princípios de direito tributário.....	16
1.12	Incidência, não incidência, imunidade, isenção, suspensão e diferimento.....	17
1.13	Substituição tributária.....	19
1.14	Classificação dos tributos como diretos e indiretos.....	20
1.15	Regimes de tributação: Lucro Real, Presumido e Arbitrado e Simples Nacional.....	20
2	Fundamentos de contabilidade.....	25
2.1	Conceitos introdutórios sobre contabilidade e patrimônio.....	26
2.2	Aspectos qualitativos e quantitativos dos itens patrimoniais.....	28
2.3	Atos administrativos e fatos contábeis.....	29
2.4	Escrituração.....	30
2.4.1	Lançamento.....	30
2.4.2	Plano de contas.....	34
2.5	Demonstrações contábeis.....	41
2.5.1	Balanço patrimonial (BP).....	42
2.5.2	Demonstração do resultado do exercício (DRE).....	51
2.5.3	Demonstração do resultado abrangente (DRA).....	56
2.5.4	Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA).....	56
2.5.5	Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL).....	57
2.5.6	Demonstração dos fluxos de caixa (DFC).....	58
2.5.7	Demonstração do valor adicionado (DVA).....	63
3	Contabilidade tributária.....	67
3.1	Conceito de contabilidade tributária.....	68
3.2	Planejamento tributário.....	68
3.2.1	O que é planejamento tributário.....	69
3.2.2	O que <u>não</u> é planejamento tributário.....	69
3.2.3	Conceitos de simulação e dissimulação.....	70
3.2.4	O combate à elisão fiscal.....	70
3.2.5	Polêmica sobre os conceitos de elisão e evasão fiscal.....	71
3.2.6	Código de Defesa do Contribuinte brasileiro.....	72
3.3	Documentos fiscais.....	75
3.3.1	Documentos fiscais exigidos pela legislação do ICMS e do IPI.....	75
3.3.2	Documentos fiscais exigidos pela legislação do ISS.....	77
3.4	Escrituração fiscal.....	77
3.4.1	Livros fiscais exigidos pela legislação do ICMS e do IPI.....	77
3.4.2	Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).....	80
3.4.3	Principais declarações fiscais.....	81

Parte II – TRIBUTOS INDIRETOS.....	85
4 ICMS.....	87
4.1 Aspectos introdutórios	88
4.2 Fato gerador	89
4.3 Incidência	89
4.4 Transferência de mercadorias entre matriz e filiais e entre filiais	90
4.5 Não incidência do ICMS	91
4.6 Contribuinte	92
4.7 Base de cálculo do ICMS.....	92
4.8 Alíquotas do ICMS.....	94
4.8.1 Alíquotas internas	94
4.8.2 Alíquotas interestaduais	96
4.9 Diferencial de Alíquota (DIFAL).....	97
4.10 Não cumulatividade	99
4.11 Documentos fiscais do ICMS	100
4.12 Contabilização	100
4.13 Local da operação ou da prestação	102
4.13.1 Operações com bem ou mercadorias	103
4.13.2 Operações sem trânsito no estabelecimento do vendedor	103
4.13.3 Prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal	104
4.14 ICMS importação.....	104
4.15 Aproveitamento de crédito do ICMS.....	106
4.16 Vedação de crédito	106
4.17 Estorno de crédito	107
4.18 Prescrição de crédito.....	107
4.19 Código de Situação Tributária (CST)	107
4.20 Código Fiscal de Operação e Prestação (CFOP)	108
4.21 Guerra dos portos.....	109
4.21.1 Conteúdo de importação.....	110
4.21.2 Inaplicabilidade da alíquota de 4%	111
4.21.3 Aproveitamento do crédito do ICMS pago na importação	112
4.21.4 Regime especial de suspensão do ICMS devido ao desembaraço aduaneiro....	112
4.22 Substituição tributária do ICMS.....	112
5 IPI	119
5.1 Aspectos introdutórios sobre IPI	120
5.2 Fato gerador	121

5.2.1	Ocorrência do fato gerador	121
5.2.2	Casos que não constituem fato gerador do IPI	123
5.3	Contribuinte.....	124
5.4	Documentos fiscais do IPI	124
5.5	Definição legal de industrialização	124
5.6	Equiparação à indústria.....	125
5.6.1	Equiparação obrigatória.....	125
5.6.2	Equiparação facultativa	126
5.7	Base de cálculo.....	126
5.8	Alíquotas.....	128
5.9	Seletividade	129
5.10	Anterioridade nonagesimal e aumento de alíquota por decreto.....	129
5.11	Incidência	130
5.12	Período de apuração.....	130
5.13	Não cumulatividade.....	131
5.14	Quando o IPI deve ser incluído na base de cálculo do ICMS	133
5.15	Contabilização do IPI	133
5.15.1	Entrada de insumos e produtos.....	133
5.15.2	Saída de produtos.....	134
6	ISS.....	137
6.1	Aspectos introdutórios sobre ISS	138
6.2	Fato gerador	138
6.3	Não incidência do ISS.....	139
6.4	ISS e ICMS.....	139
6.5	Base de cálculo.....	140
6.6	Alíquotas.....	141
6.7	Local para o qual é devido.....	142
6.8	Documentos fiscais do ISS	144
6.9	Retenção na fonte pelo tomador do serviço	144
6.10	Exigência para cadastro de prestador de serviço com sede em outro município.....	146
6.11	Contabilização do ISS	147
7	PIS e COFINS: regime cumulativo.....	153
7.1	Relação de PIS e COFINS com IRPJ.....	154
7.2	Alíquotas no regime cumulativo	154
7.3	Periodicidade de apuração e data de recolhimento	154
7.4	Base de cálculo.....	154
7.5	Ajuste a valor presente (AVP).....	156

7.6	Sociedade em conta de participação (SCP)	157
7.7	PIS sobre folha de pagamentos	158
7.7.1	Alíquota PIS folha de pagamentos	158
7.7.2	Base de cálculo PIS folha de pagamentos	158
7.8	Compensação de valores retidos	158
7.9	Determinação pelo regime de caixa ou pelo regime de competência	160
7.10	Códigos do DARF para PIS e COFINS no regime cumulativo	160
8	PIS e COFINS: regime não cumulativo	163
8.1	Conexão com o IRPJ	164
8.2	PIS	164
8.2.1	Não cumulatividade do PIS	164
8.2.2	Base de cálculo do PIS	165
8.2.3	Alíquota do PIS	167
8.2.4	Créditos que podem ser descontados	167
8.2.5	PIS sobre rendimento de aplicação financeira	169
8.2.6	Dedução do valor retido na fonte	170
8.2.7	Periodicidade de apuração e data de recolhimento do PIS	170
8.2.8	Código do DARF para recolhimento do PIS/PASEP no regime não cumulativo ...	170
8.3	COFINS	170
8.3.1	Não cumulatividade da COFINS	170
8.3.2	Base de cálculo da COFINS	171
8.3.3	Alíquota da COFINS	172
8.3.4	Créditos que podem ser descontados	172
8.3.5	COFINS sobre rendimento de aplicação financeira	177
8.3.6	Dedução da COFINS retida na fonte	178
8.3.7	Periodicidade de apuração e data de recolhimento da COFINS	178
8.3.8	Código do DARF para recolhimento da COFINS no regime não cumulativo.	178
8.3.9	Contabilização de PIS/PASEP e COFINS não cumulativos	178
	Parte III – TRIBUTOS DIRETOS	183
9	Adoção inicial da Lei 12.973/2014	185
9.1	Adoção das IFRS, Regime Tributário de Transição e neutralidade tributária	186
9.2	RTT e FCONT	186
9.3	Lei 12.973/2014 e o fim do RTT	186
9.4	Registros em subcontas na adoção inicial da Lei 12.973/2014	187
9.4.1	AVJ: registro de diferença em subconta	187
9.4.2	AVP: registro de diferença em subconta	189

9.4.3	Diferença de taxa de depreciação: registro de diferença em subconta.....	192
9.4.4	Ativo reconhecido na FCONT e não registrado na contabilidade societária ...	196
10	IRPJ: lucro presumido	199
10.1	Aspectos introdutórios sobre o IRPJ	200
10.2	Conceito de lucro presumido	201
10.3	Conceito de receita bruta	201
10.4	Empresas que podem optar pelo lucro presumido	202
10.5	Momento da opção pela sistemática do lucro presumido	203
10.6	Periodicidade de apuração e data de recolhimento	203
10.7	Percentuais aplicáveis para a determinação do lucro presumido	204
10.7.1	Percentual reduzido para pequenos prestadores de serviços	205
10.8	Adicional de imposto de renda.....	206
10.9	Valores a serem acrescentados para apuração da base de cálculo	206
10.9.1	Ganho de capital.....	206
10.9.2	Rendimentos de aplicação financeira	209
10.9.3	Juros sobre capital próprio (JSCP).....	209
10.9.4	Rendimentos provenientes de operação de mútuo.....	210
10.9.5	Receita com locações de bens imóveis	211
10.10	IRPJ e receita financeira decorrente AVP.....	212
10.11	Compensação de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	213
10.12	Determinação pelo regime de caixa ou pelo de competência	214
10.13	Pagamento em até três quotas mensais	215
10.14	Distribuição de lucros com isenção de IRRF.....	216
10.15	Código do DARF para recolhimento do IRPJ pelo lucro presumido	217
10.16	Declarações	217
11	CSLL: resultado presumido	221
11.1	Aspectos introdutórios	222
11.2	Alíquotas da CSLL.....	222
11.3	Periodicidade de apuração e data de recolhimento	222
11.4	Momento da opção pelo regime do lucro presumido	223
11.5	Base de cálculo da CSLL.....	223
11.6	Conceito de receita bruta	224
11.7	Acréscimos à base de cálculo da CSLL	224
11.8	CSLL e receita financeira decorrente AVP	225
11.9	Compensação da CSLL retida na fonte	226
11.10	Determinação pelo regime de caixa ou pelo regime de competência	227

11.11 Pagamento em quotas mensais.....	228
11.12 Código do DARF para recolhimento da CSLL pelo lucro presumido	228
12 IRPJ: lucro real.....	231
12.1 Conceito de lucro real.....	232
12.2 Alíquota	232
12.3 Adicional do IRPJ.....	232
12.4 Pessoas jurídicas obrigadas à apuração pelo lucro real	233
12.5 Período de apuração trimestral ou anual	234
12.6 Apuração trimestral	235
12.6.1 Compensação de prejuízo fiscal na apuração trimestral.....	235
12.6.2 Recolhimento do IRPJ na apuração trimestral.....	236
12.6.3 Códigos do DARF do IRPJ no lucro real trimestral	236
12.7 Pagamento por estimativa.....	237
12.7.1 Determinação da base de cálculo estimada	237
12.7.2 Valores que devem ser acrescidos à base de cálculo estimada	239
12.7.3 Valores que não integram a base de cálculo estimada.....	243
12.7.4 Contrato de longo prazo e base de cálculo estimada.....	244
12.7.5 Balancete de suspensão e balancete de redução.....	244
12.7.6 Códigos do DARF do IRPJ pelo Lucro Estimado	250
12.8 Apuração anual do lucro real.....	250
12.8.1 Livro de Apuração do Lucro Real (e-LALUR)	250
12.8.2 Adições: despesas dedutíveis e não dedutíveis	252
12.8.3 Outras adições	256
12.9 Tratamento fiscal do ágio e do deságio em investimento em participação societária...	259
12.9.1 Mensuração e reconhecimento do ágio e do deságio	259
12.9.2 Não dedutibilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ...	263
12.9.3 Dedutibilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) em caso de incorporação	263
12.10 Perda no recebimento de créditos.....	264
12.10.1 Critérios de dedutibilidade das perdas com recebíveis	264
12.10.2 Definição de operação para fins dedutibilidade da perda no recebimento de crédito	266
12.10.3 Não dedutibilidade de perda de crédito de operações com partes relacionadas ...	266
12.10.4 Registro contábil das perdas com recebíveis	266
13 CSLL: lucro real.....	269
13.1 Aspectos introdutórios	270
13.2 Alíquotas da CSLL.....	270

13.3	Periodicidade de apuração	271
13.4	Base de cálculo da CSLL.....	271
13.5	Recolhimento mensal sobre base de cálculo estimada.....	272
13.6	Resultado ajustado	275
13.7	Dedução da CSLL retida na fonte	276
Parte IV – TÓPICOS ESPECIAIS: IRRF, PCCS E SIMPLES NACIONAL.....		279
14	IRRF.....	281
14.1	IRRF sobre a receita de pessoa jurídica prestadora de serviços	282
14.1.1	Base de cálculo	283
14.1.2	Alíquota de IRRF sobre receita de prestação de serviços.....	283
14.1.3	Código DARF	284
14.2	IRRF sobre rendimento de aplicação financeira	284
14.2.1	Base de cálculo	284
14.2.2	Alíquotas.....	284
14.3	IRRF sobre receita decorrente de contratos de mútuo	285
14.3.1	Base de cálculo	285
14.3.2	Alíquotas.....	286
15	PIS, COFINS E CSLL retidos na fonte	289
15.1	PIS/PASEP, COFINS e CSLL (PCCS) retidos na fonte.....	290
15.2	Alíquota para retenção de PCCS.....	290
15.3	Dispensa de retenção	290
15.4	Aproveitamento do valor retido	291
15.5	Código DARF para recolhimento de PCCS.....	291
16	Simplex Nacional.....	293
16.1	Definição de microempresa e empresa de pequeno porte	294
16.2	Tratamento diferenciado e favorecido para ME e EPP.....	294
16.3	O Simples Nacional e os impostos e contribuições recolhidos no DAS	295
16.4	Empresas que não podem optar pelo Simples Nacional	296
16.4.1	Exclusão do Simples Nacional	297
16.4.2	Atividades que não podem optar pelo Simples Nacional	299
16.5	Base de cálculo.....	299
16.6	Alíquotas.....	300
16.7	Cálculo e elaboração do DAS e prazo para recolhimento.....	300
16.8	Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS)	300
16.9	Dispensa da retenção de Imposto de Renda na Fonte (IRRF)	300

16.10	Dispensa da retenção PIS, COFINS e CSLL	301
16.11	Dispensa da retenção por parte de órgãos públicos federais.....	301
16.12	Apresentação de declaração à fonte pagadora.....	302
17	RET – Regime Especial de Tributação das Incorporações Imobiliárias	305
17.1	Relação entre RET e patrimônio de afetação.....	306
17.2	Patrimônio de afetação	306
17.2.1	Constituição do patrimônio de afetação	307
17.2.2	Registro no Cadastro Geral das Pessoas Jurídicas (CNPJ)	309
17.2.3	Valores excluídos do patrimônio de afetação	309
17.2.4	Constituição de Comissão de Representantes.....	309
17.2.5	Extinção de patrimônio de afetação	310
17.3	Alíquotas aplicáveis no RET	310
17.4	Momento da opção pelo RET	311
17.4.1	Opção no início das atividades de incorporação	311
17.4.2	Opção ao longo do período de obras.....	311
17.5	Duração dos efeitos da opção pelo RET.....	312
17.6	Passo a passo da opção pelo RET	312
17.7	Base de cálculo do RET	313
	Índice Remissivo.....	315
	Referências	319